

Situação na Áustria: grave erro da presidência portuguesa



“O que se está a passar com a política da União Europeia em relação à Áustria é um grave erro e uma asneira de sérias consequências futuras”, afirmou José Pacheco Pereira, Coordenador dos Deputados do PSD no Parlamento Europeu após a votação da proposta de resolução do PE sobre a situação na Áustria.

O Presidente do PSD, Durão Barroso, em conferência de imprensa, também considerou “infeliz, imprudente e, sobretudo, contraproducente, a declaração da presidência portuguesa da União Europeia acerca da Áustria (...) Considero que é preocupante a situação na Áustria. Mas a preocupação que isso nos provoca não autoriza nem legitima uma resposta como esta.”

texto na pág. 3

Uma Presidência sem chama !

O Ministro Jaime Gama apresentou no Plenário do Parlamento Europeu, o Programa de Trabalho da Presidência portuguesa. Um discurso *morno*, sem ambição e sem *chama*.

Ao melhor estilo do governo socialista, assistiu-se a muitas promessas de diálogo, e a grandes objectivos gerais mas a poucos compromissos concretos.

As questões colocadas por **Carlos Costa Neves**, por **Arlindo Cunha** e por mim próprio não tiveram resposta.

A Presidência portuguesa corre o risco de servir apenas de transição entre as presidências finlandesa e francesa.

Corre o risco de se afogar em pomposas declarações e reuniões pouco úteis, sem deixar marcas nem história, sem *fechar dossiers* e tomar decisões.

Os Deputados do PSD **recordaram os sucessos da Presidência de 1992** e fizeram votos que este governo esteja “à altura dessa herança de prestígio e de eficácia”.

Carlos Miguel Coelho

Presidência portuguesa

Intervenções de **Carlos Costa Neves, Arlindo Cunha e Carlos Coelho** pág. 4

Embargo à Indonésia

Intervenção de **Carlos Costa Neves** pág. 2

Delegação do PE a Timor

Pacheco Pereira chefia Delegação pág. 8

O PSD disse:

Intervenções de **Vasco Graça Moura, Sérgio Marques e Arlindo Cunha** pág. 7

Costa Neves critica o Conselho e defende a manutenção do embargo de armas à Indonésia



“Registo que o Conselho Europeu, ao decidir não manter o embargo de venda de armas à Indonésia, toma, este mês, posição contrária à que o Parlamento recomendara, no mês anterior, na base de grande consenso”, afirmou o Deputado Carlos Costa Neves, durante o debate no Plenário de Estrasburgo sobre a situação nas ilhas Molucas.

Costa Neves recordou que, como tinha afirmado no debate do passado mês de Dezembro, “o actual Governo indonésio, saído de eleições livres, ao pautar-se pelos valores da democracia, entre os quais destaco o respeito pelos direitos humanos, é merecedor do apreço e da solidariedade da comunidade internacional.

A situação nas ilhas Molucas que, na Indonésia, não é caso isolado, consequência, nomeadamente, da política de ‘migração interna’, promovida pela ditadura militar de Suharto, a que se associa a

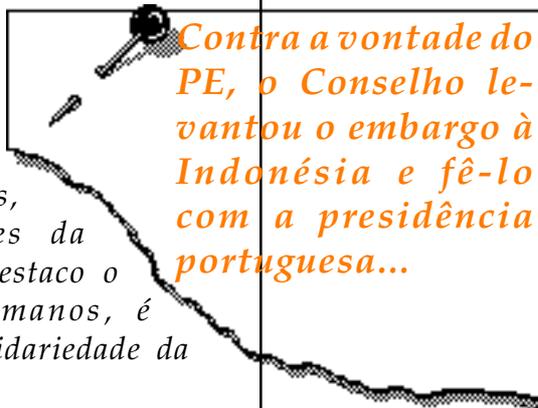
presente actuação das forças armadas indonésias que repetem Timor Leste na sua pior fase, como se nada tivesse mudado no seu país, justifica prudência e critério na forma de exprimir solidariedade”.

Para Costa Neves deve-se “apoiar, pois, o necessário reforço da cooperação internacional, traduzido, nomeadamente, em ajuda humanitária àquele país e no contributo para o respectivo desenvolvimento, demonstrando, assim, o apreço

pela natureza democrática do actual Governo indonésio, aumentando a sua capacidade de afirmação.

Recuso a venda de armas destinadas às forças armadas que ainda não compreenderam o seu estatuto num Estado de Direito que as coloca na dependência do Governo”.

Dadas as circunstâncias, Costa Neves defendeu que “o sinal certo é manter o embargo à venda de armas à Indonésia”.



Vasco da Graça Moura, Relator do Ano Europeu das Línguas

O Deputado Vasco da Graça Moura foi designado Relator da Comissão de Cultura do Parlamento Europeu sobre o **Ano Europeu das Línguas**.

Pretende-se que 2001 seja o **Ano Europeu das Línguas** e **atingir o** objectivo de incentivar em cada cidadão comunitário a aprendizagem de, pelo menos, duas línguas estrangeiras para além da língua materna.

Pretende-se ainda, com esta iniciativa, valorizar a diversidade linguística da União Europeia, sensibilizar a população para a riqueza dessa diversidade, potenciar o conhecimento recíproco das línguas e culturas no espaço comunitário, desenvolver competências linguísticas e disseminar informações sobre o ensino e aprendizagem das línguas.



Já pode ver a **Carta da Europa** na Net no site do PPE

"A DEMOCRACIA TEM REGRAS"

excertos do artigo de Pacheco Pereira in "Público"

"Não me passa pela cabeça ter qualquer simpatia pelo Sr. Haider ou pelo seu partido, mas sei que **um dos maiores valores da democracia é ter regras** exactamente para defender aqueles de cujas opiniões não gostamos. É como a liberdade de expressão - só ganha pleno sentido para proteger as opiniões controversas, minoritárias, mesmo aberrantes e escandalosas.

A **democracia tem regras**, duas das quais são directamente chamadas para este caso: **o respeito pela soberania popular** expressa pelo voto e **o primado da Lei**. Estas regras têm consequências que podem não ser do agrado de todos — e é da essência do sistema que não sejam — podem inclusive comportar riscos e tensões, mas são as melhores que temos e ainda não se inventaram outras.

Uma é a do respeito pela soberania popular e pela vontade dos eleitores. Eu posso detestar as opções dos eleitores austríacos que votaram no Sr. Haider, mas em democracia todos os partidos que cumpram as leis que lhes permitem existir e concorrer às eleições, podem potencialmente ganhá-las. Se não fosse assim haveria em democracia partidos de primeira e de segunda e eleitores de primeira e de segunda e não há.

A segunda das regras é que ter-se uma maioria nas eleições, ou aceder-se através de uma coligação ao poder, **não dá numa democracia, a ninguém, carta branca para fazer o que quer**. Para além do primado da lei interna — e que eu saiba ninguém contesta que a Áustria é hoje um país democrático que tem todas as leis 'avançadas' possíveis — há a legislação europeia e há tratados e convenções internacionais a que a Áustria livremente se obrigou.

A União Europeia tinha só que actuar contra os políticos austríacos da extrema direita se, no poder, tomassem medidas nacionalistas e xenófobas que violassem quer a lei austríaca quer a lei internacional escrita e não escrita, quer as suas obrigações na União Europeia.

Aí sim, haveria sentido para proclamações e eventualmente afastar a Áustria da União Europeia, o que seria entendido como um processo transparente. Há regras para estar dentro, e quem não as cumpre não está. Mas não é este o caso.

Claro que o argumento que é dado é o de que mais vale prevenir do que remediar, mas esse argumento não se aplica em democracia. **É como a presunção de inocência, podemos estar inteiramente convictos que**

alguém é culpado, mas é necessário prová-lo. Ou pior ainda, com os processos de intenção, podemos estar inteiramente convictos que alguém vai violar a lei, mas enquanto não o fizer é tão inocente como nós. A desconfiança tem um papel na opinião pública e no debate político, mas não tem tradução institucional num regime aberto como são as democracias.

Assim, o que se está a fazer é outra coisa: é a dizer aos países da União Europeia que só podem ser governados por uma espécie de 'bloco central' não inscrito em nenhum tratado, ou então que **só podem ser governados por aqueles partidos que tenham o beneplácito da Internacional Socialista**.

Eu compreendo muito bem que os socialistas austríacos, que estão no governo praticamente desde a segunda guerra mundial, estejam muito incomodados por haver uma alternância de poder e que a queiram evitar a todo o custo, mas **isso é um problema da Internacional Socialista e não da UE**.

Ora isto é uma receita para o desastre porque **é uma intromissão de Estados, ou de governos de outros Estados**, insisto de Estados, porque se se tratasse apenas da opinião pública nenhum mal daí viria, na independência e soberania de outro Estado que não violou nenhuma regra ou tratado ou princípio, mas que se suspeita que tendo o governo X o poderá vir a fazer.

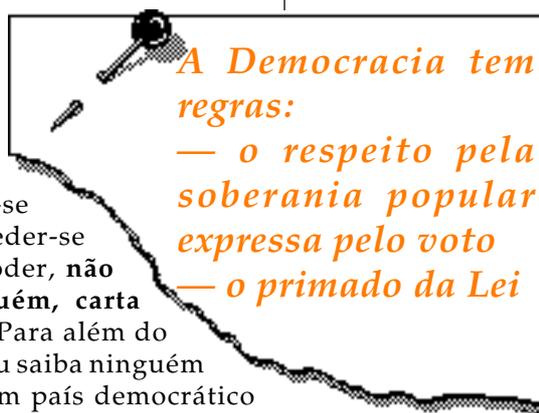
Isto só pode favorecer e consolidar a extrema direita europeia. Mas não só: **pode dar**

razão às dúvidas dos eurocépticos sobre a defesa da soberania das pequenas nações.

Acresce a tudo isto que se as nações da UE entendem usar dos contactos bilaterais para evitar os procedimentos colegiais a que estão obrigadas ao abrigo dos tratados, seguem um caminho perigoso para o futuro da Europa. **Na prática o que fizeram foi expulsar a Áustria**, porque duvido que qualquer governo austríaco, seja à direita seja à esquerda, seja capaz de se sentir à vontade na UE.

A presidência portuguesa ao permitir o reforço da tendência cada vez mais forte para sobrepor relações bilaterais à colegialidade comunitária, **prejudicou seriamente os interesses de Portugal**.

Podem lançar todas as cortinas de fumo que quiserem, baterem com as mãos no peito, mas estão alegremente a caminhar para acabar com a UE".



Parlamento Europeu debate prog

O Plenário do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, debateu o Programa da Presidência Portuguesa, apresentado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama.

Carta da Europa publica excertos das intervenções dos Deputados Carlos Costa Neves, Arlindo Cunha e Carlos Coelho.



Carlos Costa Neves:
"Espero que, servindo Portugal, sirva a União Europeia"

Costa Neves afirmou "esperar muito da presidência portuguesa. Espero que ajude a responder à questão política central - para onde e por onde vai a União Europeia? É por aqui que tem de se começar.

Feito isto, passe-se à reforma institucional, condição ou consequência do alargamento que, partindo da resposta à questão formulada, deve realizar-se no respeito pelo equilíbrio de nações, poderes e políticas da União Europeia, laboriosamente prosseguido durante décadas, ao mesmo tempo que contribui para reforçar o envolvimento dos cidadãos".

Para Costa Neves, "decidido o essencial, faz, então, sentido passar à gestão dos outros dossiers. O que pensamos da União Europeia é inconciliável com algumas 'soluções':

- Não aceito que se fale em alargamento 'a todo o custo', como alguns, demasiados, o fazem;

- Não aceito que numa redistribuição de poder, e a questão é essencialmente esta, a do poder, este fique entregue a um 'directório', formado pelos Estados mais fortes ou que só estes detenham lugares na Comissão Europeia;

- Não aceito que a minha língua não seja língua oficial;

- Não aceito o dismantelar da Política Agrícola Comum ou que esta continue a privilegiar uns e esquecer outros, assim como recuso a quebra do princípio da solidariedade que visa a convergência real dos níveis de desenvolvimento. A coesão económica e social é um princípio do Tratado e, como tal, tem de voltar a estar na primeira linha das preocupações da União e enformar todas as políticas;

- Não aceito a manutenção do actual sistema de financiamento;

- Não aceito a inexistência de uma Política Externa e de Segurança Comum."

Costa Neves vê a Europa a partir "da sua fronteira mais ocidental, os Açores, uma das regiões designadas como ultraperiféricas no Tratado da União Europeia, desde a revisão de Amesterdão.

O que quero ver é **igualdade de oportunidades**, aproximação de condições de vida, continuar a viver ali. Não quero emigrar. Não vejo o alargamento como mera soma de territórios para corresponder a desafios de política externa, quero ver partilha, solidariedade, a mesma capacidade de realização pessoal a Norte, a Oriente, a Sul, como no Centro.

Simultaneamente, assim como estou interessado nos 'grandes dossiers', querendo-os ver tratados numa perspectiva em que as pessoas contam, sigo, com atenção, o impacto das 'pequenas decisões' da União Europeia na minha Região, na vida dos meus concidadãos. Neste momento, por exemplo, queremos saber qual o futuro para a produção de leite, de que depende a nossa economia e que temos condições ímpares para produzir e sabemos como o fazer, numa simbiose quase perfeita com a natureza".

Costa Neves terminou a sua intervenção esperando que a presidência portuguesa "ajude a traçar um caminho, mantendo equilíbrios que todos sabemos delicados. Espero que, neste contexto, faça avançar dossiers da maior importância, apondo-lhes uma marca própria. Espero que envolva os cidadãos, estando atenta às suas legítimas aspirações, não os fazendo sentir noutra galáxia. Espero que, servindo Portugal, sirva a União Europeia".



Arlindo Cunha:
"Três questões sobre os dossiers da Agricultura e das Pescas"

"Quero começar por saudar a Presidência do Conselho da União Europeia, confiada ao meu país neste primeiro semestre do ano 2000 e colocar três questões de grande relevância na vida da União e que se referem a matérias relacionadas com as Comissões que integro no PE: a agricultura e as pescas.

A primeira questão tem a ver com o processo decisório da Política Agrícola Comum, que não reserva ao Parlamento Europeu senão uma função marginal de simples consulta. Ora, numa época em que a PAC é cada vez mais



Programa da Presidência portuguesa

assumida como uma política rural, principal pilar do ordenamento do território, da preservação do ambiente e das paisagens, e da fixação de pessoas para evitar a desertificação total, não se entende que o PE tenha ainda uma função apenas consultiva a respeito de uma política que, além do mais, representa ainda mais de 40% do orçamento da União Europeia.

Se há razão para introduzir o princípio da co-decisão, a PAC é precisamente uma delas. Não em assuntos correntes, mas nas grandes alterações e reformas.



A segunda, tem a ver com a necessidade de acelerar a recém anunciada **Autoridade Europeia de Segurança Alimentar**. Mas importa esclarecer se estamos apenas preocupados com um organismo europeu de avaliação e gestão do risco, ou do reforço substancial da política comum de qualidade e segurança dos alimentos, incluindo as acções veterinárias.

E se assim for, os meios terão de ser consideravelmente reforçados, quer ao nível da UE quer dos Estados Membros.

Ora, se for esta a verdadeira opção, como julgo que deve ser, então devo dizer que não fico tranquilo com o que foi anunciado a semana passada pela Comissão Europeia, onde parece prevalecer a óptica de mais um órgão científico, despido de poderes e isolado de uma actuação conjunta em todas as frentes relevantes a este respeito.

A terceira questão que gostaria de levantar tem a ver com o **Acordo de Pescas entre a UE e Marrocos**. Na verdade, preocupa-me sobremaneira um início tão tardio de negociações por parte da Comissão Europeia, assim como a lentidão a que estamos a assistir na condução desta negociação.

Não se trata apenas de um acordo importante para dois ou três países da UE, incluindo Portugal, mas de toda a UE, atendendo à relevância do Acordo no emprego e no abastecimento do mercado.

Assim como **gostaria de ver a Presidência Portuguesa abordar mais questões concretas** que têm a ver com a vida de todos nós, incluindo naturalmente os portugueses.

E é neste sentido que também gostaria de saber o que pensa a presidência fazer sobre as Organizações Comuns de Mercado (OCM) do arroz e da banana.

E bem sabemos que a sobrevivência a prazo da banana pode ficar ameaçada se a UE aceitar as medidas de liberalização do comércio pretendidas pela Organização Mundial do Comércio.



Carlos Coelho:
"Preocupa-nos ver menos perspectivas de dossiers para fechar..."

"Saiba Senhor Ministro que foi bem vista aqui a vontade de dialogar com o Parlamento Europeu. O que não é de estranhar se tivermos em linha de conta a vasta experiência do Governo português em dialogar.

Olhamos para os objectivos da Presidência – que reconhecemos ambiciosos – e vemos diversas prioridades, bastante diálogo, e muitos dossiers para abrir ou acompanhar.

Preocupa-nos ver menos perspectivas de dossiers para fechar, de objectivos para atingir.

E desejamos sinceramente que a Presidência seja uma boa presidência: pela Europa, pelos cidadãos da Europa e pelos portugueses.

Pela Europa que desejamos ajudar a construir e a reforçar: onde todos se sintam representados e com que se sintam identificados. Uma Europa que não seja só de alguns ou onde os grandes sufoquem os pequenos.

Para essa Europa, num momento em que se fizerem alterações aos Tratados, é também necessário – uma vez mais – que a presidência exercida por um pequeno país não tenha de ser – por essa razão – pior ou menos eficaz que a exercida pelos grandes países.

Pelos cidadãos europeus que querem uma Europa virada para os seus problemas e não apenas para as suas contas bancárias ou para as suas mercadorias.

Dos cidadãos que **querem uma Europa preocupada com a segurança, com o combate à Droga, com a repressão da criminalidade, com o controlo da imigração ilegal, e com a adopção de medidas no âmbito do Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça.**

Faço votos que, nas áreas que foram confiadas ao Comissário português António Vitorino, **possa o Conselho dar passos concretos de acordo com o scoreboard decidido em Tampere.**

E **pelos portugueses** que têm na memória o bom desempenho da Presidência do Conselho quando Portugal a exerceu pela primeira vez há exactamente 8 anos e que esperam que o governo socialista esteja à altura dessa herança de **prestígio e de eficácia**".



Carlos Costa Neves interroga Romano Prodi sobre as ultraperiferias

O Deputado do PSD ao Parlamento Europeu, Carlos Costa Neves, perguntou ao Presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, quando pensa “*submeter o Relatório sobre as medidas destinadas a assegurar o cumprimento do Artigo 299-2 do Tratado da União Europeia à consideração do Conselho e do Parlamento*”.

Costa Neves quer ainda saber “*qual o calendário que perspectiva para a entrada em vigor das medidas*”.

Relembrando que “*o Conselho Europeu de Colónia, realizado em Junho de 1999, convidou a Comissão a apresentar ao Conselho, antes do fim do ano de 1999, um Relatório sobre as medidas destinadas a assegurar o cumprimento do Artigo 299-2 do Tratado*”, Costa Neves refere que há “*informações desencontradas sobre as razões do atraso da Comissão e considera que é urgente a definição do quadro de medidas, bem como da metodologia e do calendário para a respectiva aplicação*”.

Neste âmbito, Costa Neves considera ainda que “*é urgente a revisão do POSEIMA e a definição do seu enquadramento no conjunto de medidas específicas a adoptar*”.



Sérgio Marques obtém esclarecimentos da Comissão sobre a Vene- zuela

Em resposta às questões levantadas por Sérgio Marques, a Comissão Europeia, através do Comissário Christopher Patten, esclarece que “*mobilizou imediatamente ajuda de emergência, que até à data se eleva a 3,6 milhões de euros, por intermédio do seu serviço humanitário ECHO, tencionando prosseguir o seu apoio em matéria de assistência humanitária com um montante adicional de 2 milhões de euros a fim de ajudar a restabelecer os recursos em água potável, promover as acções de controlo de epidemias e prestar apoio psicológico às crianças. Logo que o Governo tenha planos claros para a reconstrução, serão realizadas obras de reabilitação a curto prazo, a fim de ajudar as populações afectadas a readquirirem um mínimo de autosuficiência*”.

A Comissão Europeia esclarece que “*o correspondente do ECHO relata que, após um período de caos inicial, os diversos sectores (Governo, sector privado e comunidade internacional) estão a coordenar esforços. Continua, porém, a ser necessária a assistência internacional, nomeadamente nos sectores do abastecimento de água e saneamento, controlo de epidemias e apoio logístico. As necessidades de reabilitação e reconstrução são enormes, estando ainda por avaliar*”.

O Comissário Christopher Patten informa ainda “*que está em preparação uma missão de peritos para efectuar uma avaliação e definir acções específicas. Nesta fase, não é possível indicar o montante exacto previsto para esta acção, pois que tal depende, em larga medida, dos resultados da missão de peritos e da partilha do esforço de reconstrução com outros dadores*”.



Carlos Coelho defende mais meios para a Europol

O Deputado do PSD, Carlos Coelho, defendeu em Haia, “*que o combate à criminalidade organizada, o tráfico de seres humanos, com particular destaque para o de crianças, aconselha um reforço das acções e dos meios da Europol*”.

Carlos Coelho, em declarações no âmbito da visita que uma delegação da Comissão das Liberdades e dos Direitos dos Cidadãos, da Justiça e dos Assuntos Internos do Parlamento Europeu efectuou à sede da Europol, recordou que «*a criação da Europol foi consagrada no Tratado da União Europeia a fim de melhorar a eficácia e a cooperação entre os serviços competentes dos Estados Membros no domínio da prevenção e combate ao terrorismo, ao tráfico ilícito de estupefacientes e a outras formas graves de criminalidade internacional organizada*».

Carlos Coelho defendeu que, «*com o reforço do mandato e da competência da Europol, decididos no Conselho de Tampere, o Parlamento Europeu deve actuar no sentido de permitir que a Europol tenha, por um lado, os meios necessários para exercer as suas competências e, simultaneamente, no sentido de garantir o respeito das liberdades e direitos individuais*».

Para Carlos Coelho, «*a emergência da criminalidade internacional torna cada vez mais importante o papel da Europol e da cooperação policial e judiciária entre os Estados Membros da União*».



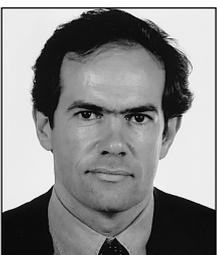
Vasco Graça Moura: "A Cultura tem sido o parente pobre"

«A despeito do artigo 151 do Tratado de Amsterdão, a cultura tem sido o parente mais pobre no desmultiplicado aparato de programas e de meios financeiros, técnicos e humanos, mobilizados para o projecto europeu. Dir-se-á que os objectivos que presidiram, há cinquenta anos, ao alicerçar da casa europeia em que hoje vivemos, eram mais especificamente económicos e sociais. Dir-se-á também que as políticas europeias sofreram, ao longo destas cinco décadas, muitos e desvairados impulsos, nas mais variadas conjunturas e pelas mais diversas razões», afirmou o Deputado Vasco Graça Moura no Plenário do Parlamento Europeu no debate sobre o programa Cultura 2000.

«A conciliação chegou a soluções satisfatórias quanto a quase todas as alterações aprovadas em segunda leitura, podendo reputar-se consagrado em termos razoáveis o entendimento de fundo deste Parlamento e, nomeadamente, a prioridade política da criação de condições para que as acções enquadradas por Cultura 2000 alcancem o maior número possível de cidadãos.

Já quanto aos aspectos orçamentais, a delegação do Parlamento se defrontou com a irredutibilidade do Conselho no tocante ao aumento da verba de 167 milhões de euros prevista inicialmente. Assentou-se todavia numa solução mitigadora desta posição: por via dela, a Comissão comprometeu-se a apresentar, antes de 30 de Junho de 2002, um relatório sobre o funcionamento do programa em que se pronunciará sobre a suficiência ou insuficiência dos recursos financeiros disponíveis e proporá eventualmente uma revisão deste ponto.

Não devendo esconder-se que o êxito de tal proposta dependerá, em última análise, de ter sido entretanto encontrado um mecanismo institucional correspondente ao sentido elementar do termo «conciliação», concludo propondo a este plenário que seja favoravelmente votado o projecto comum aprovado pelo comité de conciliação sobre o programa Cultura 2000 e faço, desde já, os melhores votos pelo seu êxito».



Sérgio Marques defende reforço da ajuda à Venezuela

«A União Europeia, enquanto maior doadora de ajuda humanitária tem de reforçar substancialmente a solidariedade para com a Venezuela.

Foi com este propósito que apresentei neste Parlamento

uma Proposta de Resolução. Quisemos que fosse o Parlamento Europeu, órgão representativo dos povos da Europa, a manifestar o seu pesar e solidariedade.

Quisemos também que o Parlamento instasse a Comissão Europeia a reforçar a ajuda humanitária a fim de acudir às inúmeras necessidades decorrentes da catástrofe.

Quisemos igualmente propor à Comissão Europeia que elaborasse um Plano de Acção de médio prazo para a reconstrução de infraestruturas e habitações, já que a recuperação da área sinistrada poderá levar mais de 7 anos.

Quisemos por último recomendar à Comissão o patrocínio duma Conferência Internacional de doadores que estabelecesse formas de coordenação da ajuda internacional à Venezuela».



Arlindo Cunha preocupado com a eficácia dos POP's (Pescas)

«Em 1997 verificou-se uma redução de 2% na capacidade da frota comunitária em termos de arqueação bruta e de 3% em termos de potência. Desta forma, em 1 de Janeiro de 1998, a frota comunitária já se encontrava cerca de 16% abaixo dos objectivos finais do POP IV em termos de potência e 7% em termos de arqueação bruta».

«Esta avaliação global aparentemente optimista sobre a eficácia dos POP enquanto instrumento de adequação da dimensão da frota comunitária à disponibilidade de recursos haliêuticos, merece profundas reservas.

A primeira advém das dificuldades de comparação de metas entre os POP III e IV, devido à alteração de critérios de medição e segmentação das frotas.

A segunda é que continuamos a ter diferentes critérios de medição em cada um dos Estados Membros, o que torna qualquer avaliação dificilmente comparável.

A terceira reserva advém do facto de a situação de cumprimento dessas metas ser muito diferente entre Estados Membros.

Temos de dispor de um normativo comunitário que estabeleça designadamente um regime sancionatório eficaz. Uma medida possivelmente eficaz poderia ser a redução temporária das quotas de pesca dos Estados-Membros não cumpridores.

Se assim não for, cumprindo uns e outros não e não penalizando quem não cumpre, estamos a criar de facto uma grave discriminação e a penalizar mais uns pescadores do que outros.



José Pacheco Pereira chefia Delegação do PE a Timor-Leste

José Pacheco Pereira, Vice-Presidente do Parlamento Europeu, foi eleito Presidente da Delegação do PE que se deslocará a Timor Leste, no próximo mês de Abril, para estudar as formas da continuação do apoio da União Europeia à reconstrução e ao processo de transição para a independência de Timor Leste.

A delegação é composta pelos seguintes Deputados:

José PACHECO PEREIRA (*Chefe de Delegação*)
Vice-Presidente do Parlamento Europeu
Hartemet NASSAUER
Presidente da Delegação ASEAN
Bertel HAARDER
Vice-Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros
Joan COLOM I NAVAL
Vice-Presidente do PE - Membro da Comissão dos Orçamentos
Luís MARINHO
Vice-Presidente do PE
Joaquim MIRANDA DA SILVA
Presidente da Comissão de Desenvolvimento

Sérgio Marques integra Delegação do PE à Venezuela

O deputado do PSD, Sérgio Marques, é um dos 9 Deputados que integra a delegação *ad-hoc* do Parlamento Europeu que se desloca à Venezuela, nos próximos dias 25 a 28 de Fevereiro.

Para Sérgio Marques *“esta deslocação é a sequência lógica da resolução aprovada pelo Parlamento Europeu no passado mês de Janeiro e destina-se a avaliar no terreno as consequências das tremendas inundações que afectaram a Venezuela e das modalidades da ajuda da União Europeia”*.



De 23 a 24 de Março realiza-se, em Lisboa, um Conselho Europeu extraordinário (Cimeira do Emprego)



48% dos portugueses não sabem que Portugal preside à União Europeia (*sondagem DN/TSF/Marktest*)



Nos dias 19 e 20 de Junho, reúne, em Santa Maria da Feira, o **Conselho Europeu**.

Os Deputados do PSD

José Pacheco Pereira

Telf: (32.2) 28.45371
Fax: (32.2) 28.49371
e-mail: JoPacheco@europarl.eu.int

Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369
Fax: (32.2) 28.49369
e-mail: VGraça@europarl.eu.int

Teresa Almeida Garret

Telf: (32.2) 28.45566
Fax: (32.2) 28.49566
e-mail: TAlmeida@europarl.eu.int

Arlindo Cunha

Telf: (32.2) 28.45381
Fax: (32.2) 28.49381
e-mail: ACunha@europarl.eu.int

Carlos Costa Neves

Telf: (32.2) 28.45374
Fax: (32.2) 28.49374
CCostaNeves@europarl.eu.int

Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404
Fax: (32.2) 28.49404
e-mail: Smarques@europarl.eu.int

Jorge Moreira da Silva

Telf: (32.2) 28.45448
Fax: (32.2) 28.49448
e-mail: JMoreira@europarl.eu.int

Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551
Fax: (32.2) 28.49551
e-mail: CCoelho@europarl.eu.int

Fernando Reis

Telf: (32.2) 28.45790
Fax: (32.2) 28.49790
e-mail: FReis@europarl.eu.int

CARTA DA EUROPA

Boletim Informativo da

Delegação do PSD do GRUPO DO PARTIDO POPULAR EUROPEU

Director: **Carlos Miguel Coelho** Redacção: **José Luis Fernandes e Sandra Nunes**

rue Wiertz - ASP 8E150 1047 Bruxelles tel(02)284 5551 fax (02)284 9551